

Carga tributária cresceu 20,28%

Aumento, em relação ao PIB, ocorreu entre 1995 e 1998, de acordo com a Fenafisco e atingiu mais pessoas físicas que empresas

Ninguém escapou nos últimos quatro anos. Quem conseguiu preservar o emprego teve que conviver com um aumento de 20,28% da carga de tributos e contribuições entre 1995 e 1998. O crescimento da carga tributária foi basicamente em função da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da elevação da alíquota do Imposto de Renda para pessoas físicas de 25% para 27,5% para quem ganha mais de R\$ 2.000.

Pesquisa feita pela Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), com base em estatísticas da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) mostra que, em 1994, a soma dos impostos, taxas e contribuições nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) representavam 25,09% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1998,

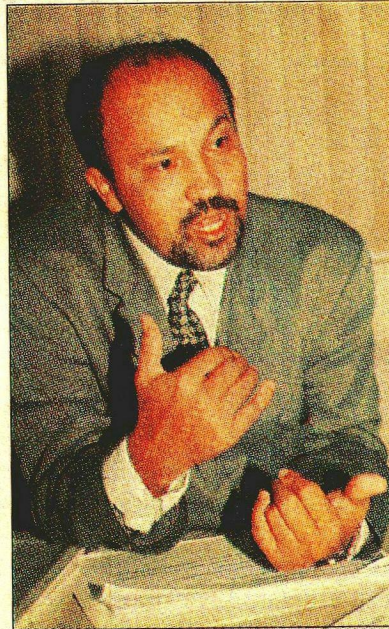
elas representaram 30,18%.

A pesquisa da Fenafisco mostra o que o próprio secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, já reconheceu quando depôs na CPI dos Bancos: que as empresas pagam pouco imposto no Brasil. O levantamento mostra, por exemplo, que a Receita com Imposto de Renda - que tem no contribuinte pessoa física o grande responsável pelo recolhimento do tributo - aumentou de R\$ 36,52 bilhões em 1997 para R\$ 45,18 bilhões em 1998, o que dá um aumento nominal, sem descontar a inflação, de 24,87%. Em 97, a receita do IR representava 21,75% do bolo da arrecadação federal, participação que subiu para 24,87% no ano passado.

Da mesma forma, a arrecadação com a CPMF recolhida das empresas e pessoas físicas, com a diferença que as empresas repassam os custos para os preços, ficou em R\$ 6,9 bilhões em 1997, ou 4,11% da participação total no bolo da arrecadação federal. No ano passado, a CPMF rendeu ao Governo Federal R\$ 8,113 bilhões, respondendo por 4,4% da receita total da União.

Do lado dos tributos e contribuições exclusivos das empresas, ocorre o contrário, conforme a pesquisa da Fenafisco. A Contribuição para Financiamento da

Geraldo Magela



Jeovalter: carga injusta

Seguridade Social (Cofins) recolhida pelas empresas rendeu ao Governo R\$ 19,118 bilhões em 1997 (11,38%) da arrecadação total e R\$ 17,742 bilhões no ano passado (9,63% do bolo da receita). A Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) também mostra redução entre 1997 e 1998. Em 97, a CSLL gerou para o Governo Federal R\$ 7,698 bilhões (4,58% do bolo) e R\$ 6,525 bilhões (3,54% da arrecadação total) no ano passado.

“A carga tributária brasileira é injusta tanto para quem paga quanto pelo pouco retorno que dá para a sociedade”, diz o presidente da Fenafisco, Jeovalter dos Santos.

Ele reforça algumas disparidades gritantes do perfil da carga tributária entre os países ricos e o Brasil. Segundo Santos, a tributação sobre propriedades, por exemplo, representa 10%, em média, nos países membros da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE). No ano passado, a arrecadação de tributos sobre propriedades no Brasil representou apenas 1,08% do PIB.

O Governo Federal também não tem do que reclamar, quando se compara o total de suas receitas com as dos estados. Em 1997, o total das receitas da União representou 19,62% do PIB, enquanto a soma total arrecadada pelos estados representou 7,62%. No ano passado, a arrecadação do Governo Federal ficou em 21,12% do PIB e os estados, no conjunto, tiveram uma receita equivalente a 7,74% do Produto Interno Bruto. O total das receitas dos municípios subiu de 1,23% do PIB em 1997 para 1,32% no ano passado.

AGUINALDO NOGUEIRA

Redator do JORNAL DE BRASÍLIA

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Em R\$ bilhões Valores históricos

Ano	Receita tributária	PIB	Em % do PIB
1994	143,527	572,049	25,09
1995	195,726	684,116	28,61
1996	219,115	769,634	28,47
1997	243,665	856,141	28,46
1998	263,187	872,082	30,18

RECEITAS TRIBUTÁRIAS/1998

TRIBUTOS	COMPETÊNCIA	VALOR R\$ BILHÕES	% DO TOTAL	% DO PIB
ICMS	Estados	60,927	23,15	6,99
INSS	União	50,141	19,05	5,75
I.Renda	União	45,818	17,41	5,25
Cofins	União	18,745	7,12	2,15
FGTS	União	16,800	6,38	1,93
IPI	União	16,306	6,20	1,87
Com. Ext.	União	8,244	3,13	0,95
CPMF	União	8,113	3,08	0,93
CSSL	União	6,525	2,48	0,75
PIS/PASEP	União	7,547	2,87	0,87
ISS	Municípios	4,522	1,72	0,52
IPVA	Estados	4,455	1,69	0,51
IPTU	Municípios	3,550	1,35	0,41
IOF	União	3,541	1,35	0,41
Sal. Educ.	União	2,459	0,93	0,28
ITBI	Municípios	0,793	0,30	0,09
ITCD	Municípios	0,318	0,12	0,04
ITR	União	0,224	0,09	0,03
Outras Receitas		4,159	1,58	0,48
TOTAL		263,187	100,00	30,18

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Confaz, Cotepe e INSS

Elaboração: Fenafisco